

Artigo original • Revisão por pares • Acesso aberto

Ruralidade e Teoria Social: representação social como possibilidade de análise

Rurality and Social Theory: social representation as possibility of analysis

Rodrigo Kummer¹

Resumo

Este artigo ocupa-se de uma discussão teórica em torno do conceito de ruralidade. Parte do contexto de classificação clássica e dualista entre rural e urbano para complexificar a compreensão da ruralidade no contexto contemporâneo. Utiliza-se de revisão bibliográfica para compor uma problematização diante do entendimento do que é o rural e como é compreendido pelos teóricos da Sociologia. Como resultado fundamental desta análise, destaca-se a tradição de tratar a ruralidade a partir de uma visão urbana, pautada numa classificação limitada, que não dialoga com a multiplicidade e diversidade de expressões sociais produzidas no território rural. Dessa percepção, busca-se superar a dicotomia rural-urbana. Pode-se afirmar que – somada às várias contribuições correntes – a perspectiva de pensar a ruralidade a partir e por meio das representações sociais é uma possibilidade muito enriquecedora às pesquisas na área da Sociologia Rural.

Palavras-chave: Sociologia Rural; Ruralidades, Urbano; Dicotomia; Representações Sociais.

Abstract

This paper deals with a theoretical discussion about the concept of rurality. It starts from the context of classic and dualistic classification to complexify the understanding of rurality in the contemporary context. A bibliographic review is used to compose a problematization in face of the understanding of what is rural and how it is understood by theorists of Sociology. As a fundamental result of this analysis, we highlight the tradition of treating rurality from an urban perspective, based on a limited classification that does not dialogue with the multiplicity and diversity of social expression produced in rural areas. From this perception, we seek to overcome the rural-urban dichotomy. It can be said that, added to the various current contributions, the prospect of thinking about rurality from and through social representations is a very enriching possibility for research in the field of Rural Sociology.

Keywords: Rural; Sociology; Urban; Dichotomy; Social Representation.

Citação sugerida

KUMMER, Rodrigo. Ruralidade e Teoria Social: representação social como possibilidade de análise. Revista IDEAS, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1-30, e021013, jan./dez. 2021.

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Submissão:
27 abr. 2021

Aceite:
15 set. 2021

Publicação:
21 out. 2021

¹Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Campus Guarapuava-PR, Brasil. Doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ, 2019). Contato: kummer2004@yahoo.com.br.

Introdução²

Considerando os fenômenos sociais na modernidade, a ciência sociológica nasceu sob a égide urbana. Os estudos sociológicos clássicos se concentraram na busca de primados explicativos gerais para a realidade social. Se a realidade urbana e industrial era o que movia inicialmente essa busca, a multiplicidade e a complexidade do objeto em si – as relações sociais – ampliaram o escopo da análise, considerando a variedade de espaços, territórios e, sobretudo, dinâmicas sociais.

Logo, a Sociologia surge como ciência dos fatos sociais urbanos. Daí desprende-se uma proposição que diferencia, por meio de uma dicotomia e um par de oposição, a ruralidade da urbanidade. Essa dicotomia foi forjada no plano analítico e teórico e não representa, de todo, uma oposição entre seus operadores sociais, isto é, as pessoas que expressam sua vivência em ambos os espaços. Conforme postula José de Souza Martins (1981), a dicotomia rural-urbana não produz elementos explicativos que contribuam de fato para a compreensão da realidade social. Ao contrário, reforça uma invisibilização das complexidades operadas no sentido da experiência social em si.

Dentre os efeitos dessa separação e oposição, pode-se citar tanto visões higienistas e classificacionistas, que formatam uma urbanidade como ideal de desenvolvimento e civilidade, quanto a visão de uma ruralidade romanceada. Importa perceber que essas classificações e operações em categorias nem sempre refletem a realidade estudada e podem mais esconder do que evidenciar esses processos. O que se defende aqui não é uma negação das diferenças, tampouco um reforço da dicotomia rural-urbana. A abordagem proposta é reconhecer a existência dessa diferenciação e analisar possibilidades teóricas que ampliem e complexifiquem a análise da ruralidade.

Logo, a problemática em questão pode ser definida da seguinte maneira: como o conteúdo representacional manifesto pelos atores sociais contribui ou pode contribuir na conceituação e compreensão da ruralidade? A questão se estabeleceu com base nas proposições dicotômicas entre rural e urbano. Percebeu-se que as definições pautadas num arcabouço de explicação estrutural e classificacionistas não suprem, de todo, o conteúdo explicativo de um tema ou uma categoria teórica dessa complexidade. Diante disso, buscou-se aprofundar esse percurso conceitual e apontar os elementos de ampliação do debate com base nas representações sociais.

O método desenvolvido nessa discussão refere-se a um modelo de análise bibliográfica. O percurso se constituiu em buscar a conceituação da ruralidade e urbanidade em obras clássicas da Sociologia. Posteriormente aprofundaram-se leituras no sentido de analisar como essas definições

² O artigo é parte da tese: KUMMER, Rodrigo. Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Sob orientação da professora Dra. Eli de Fátima Napoleão de Lima.

empregam uma teorização que não esgota as demandas da temática. Nesse sentido, o olhar estruturalista é cotejado por uma abordagem relacional e representacional. A seleção bibliográfica atendeu ao requisito: a) relevância; b) complementaridade; c) crítica e oposição; d) disponibilidade de acesso. As obras selecionadas foram submetidas a fichamento, apontando a ideia central e a conceituação básica de ruralidade. Posteriormente esses elementos teóricos foram submetidos à análise e à interpretação crítica. Trata-se, portanto, de um artigo teórico.

O texto está organizado em três partes. Inicialmente é analisada a construção das categorias teóricas de ruralidade e urbanidade, apontando uma diferenciação conceitual e questionando a validade de uma dicotomia daí decorrente. Na segunda parte são apresentados elementos de caracterização da ruralidade brasileira como forma de exemplificar a necessidade de ampliação do debate conceitual. Por fim, na terceira e última parte, discute-se os pressupostos de uma abordagem das múltiplas ruralidades, com base na possibilidade de contribuição das representações sociais.

Apontamentos sobre ruralidade e urbanidade na Teoria Social

Uma das proposições teóricas mais influentes na classificação rural-urbana é a de Ferdinand Tönnies (1973), no século XIX. Ele divide as organizações sociais entre comunidade (*gemeinschaft*) e sociedade (*gesellschaft*). No primeiro caso, as relações são mais íntimas, afetivas e coletivas, persistindo um viés de natureza e tradição. No segundo, baseia-se na individualidade, na competição e em relações utilitárias. Embora Tönnies não tenha separado especificamente a comunidade como ruralidade e a sociedade como urbanidade, as interpretações subjacentes tomam essa perspectiva e fortalecem percepções dualistas entre o rural e o urbano.

De maneira análoga, as pressuposições teóricas de Marx e Engels (2007) também contribuíram para estabelecer um paradigma de dualidade da Sociologia Rural. Interpretando a realidade, com base nos elementos estruturais e materiais da vida social, elas fortaleceram uma interpretação evolutiva das transformações e do desenvolvimento humano.

Na teorização de Marx e Engels (2007), há uma preocupação em evidenciar como a transição feudalismo-capitalismo se deu pelo reordenamento das forças produtivas rurais e as novas forças urbanas. A passagem do artesanato para a manufatura e para a fábrica, associada ao progresso técnico agrícola e ao deslocamento maciço de camponeses para a cidade, demonstrava uma processualidade histórica evolutiva. Dispendiam, também, grande esforço epistemológico na separação entre produção agrária e não agrária, associando-as às relações comunitárias (rurais) e societárias (cidades). Era uma divisão economicamente situada e que promovia a

individualização da sociedade, conforme era desenvolvida a valoração da propriedade privada dos bens (HOBSBAWM, 1985).

A comunidade, portanto, é definida como algo transformado ou em transformação. Em síntese, o desenvolvimento do capitalismo e sua estruturação urbana dependem da dissolução rural em seus valores comunais e não comerciais, engajando indivíduos nas perspectivas urbanas.

Essa perspectiva fomenta uma interpretação em que há um princípio de diferenciação dual entre o rural (atrasado, primitivo, comunitário) e o urbano (moderno, societário). O rural, embora de grande importância nas análises históricas de compreensão material de Marx e Engels (2007), é relegado a uma realidade em processo de superação. Essa concepção pode ser vista como influenciadora de várias proposições evolutivas de um rural em constante deterioração e um urbano em edificação.

No pressuposto da constituição clássica de ruralidade e urbanidade, destaca-se também Max Weber (1982), quando analisou as influências do desenvolvimento do capitalismo nas áreas rurais da Alemanha. Para o sociólogo alemão, as comunidades rurais são parte integrante da realidade social, problematizando uma separação entre espaços mais individuais (distritos rurais) e outros de percepção coletiva, em ambientes de capitalismo efetivado. Sua perspectiva é de um rural integrado ao urbano. Esse pensamento é válido nas sociedades modernas, racionalizadas pelo capitalismo. Para Weber, a lógica social é dada pela modernidade, pelo capitalismo. Assim, a existência do rural e do urbano estaria associada às formas de capitalismo. Existem diferenças, mas o entendimento é de uma unidade econômica que se complementa.

Nesse contexto de transformações na estrutura social, Weber defende que os efeitos da modernização sobre os espaços deveriam ser analisados por um exercício reflexivo que compreendesse os vários mundos rurais e urbanos, complexificando-os. Ele não descarta totalmente a vida rural, embora também perceba sua interligação com o urbano. Não trata o rural como atraso, apesar de reconhecer suas especificidades e o poder de compressão exercido pelas dinâmicas capitalistas.

Identifica-se a noção de resistência a um engajamento automático, presente nas comunidades rurais. Essa é uma das questões centrais da Sociologia Rural. Além de definir que, de forma geral, o camponês está sujeito a transformar-se num agricultor, ainda que atuem forças de tradição que não tornam essa conjuntura uma aceção automática.

As perspectivas classificatórias emergiram, portanto, no tocante à compreensão dos fenômenos urbanos. Sendo a Sociologia uma ciência da modernidade industrial, as aglomerações urbanas se tornaram o seu objeto direto. Para tal, a necessidade de uma definição conceitual objetiva se expressou, geralmente, por tipologias e critérios convergentes. Na maior parte dos casos, o tamanho da aglomeração, no sentido do espaço que ocupa e do quantitativo populacional, foi e ainda é utilizado para estabelecer níveis de urbanização.

Todavia, no entendimento de Max Weber (1973), o critério da dimensão populacional ou espacial de um agrupamento não define, por si só, a caracterização de uma cidade. Na prática é utilizado um conjunto de variáveis, na tentativa de classificar a diversidade de organização e de processos de formação dos agrupamentos ditos urbanos. Essa complexidade impõe uma perspectiva relativa quando se trata de categorizações, visto que essas percepções empíricas diferem das categorias analíticas.

As próprias categorias analíticas são, em certo sentido, uma apreensão da realidade que repousa numa noção, numa representação e num sentido produzidos pelo analista. Isso não inviabiliza a teorização, tampouco sua aplicabilidade, porém adverte sobre a flexibilização dos fatores.

O destaque adjetivo e também substantivo das cidades, pela interpretação weberiana, é a proeminência do mercado. É o que nomeia a cidade como “local do mercado” e também lhe garante a especificidade característica. No caso de Weber, destaca-se a noção de cidade ocidental a partir da desestruturação feudal e do surgimento das aglomerações da Idade Moderna, notadamente orientadas pelos e para os mercados, donde subjaz a racionalização monetária, do tempo e do espaço.

Não se pode, porém, tratar a cidade apenas por esse “tipo ideal” mercantilizado. As organizações sociais coletivas, como um todo, são tipos mistos, não se encontram em estado puro, dispostas claramente para o analista. O campo e a cidade pressupõem o mesmo raciocínio. A opção defendida por Weber (1973) é considerar os fatores predominantes, embora isso também passe por opções relativas quanto à definição daquilo que é, ou não, mais preponderante numa determinada realidade social. Um exemplo de classificação seria o fator produtivo, sem desconsiderar as variações subjacentes.

Se este critério produtivo é predominante, não é, por outro lado, suficiente. Weber (1973) aponta que as experiências urbanas ocidentais convergem também para se organizarem como fortalezas, como mercados, como locais de tribunais e de acesso à justiça, como associações e, por fim, como organizações autônomas.

Na concepção de José Arthur Rios, a ruralidade, como objeto da Sociologia, apresentava elementos “especiais” em relação à sociedade urbana. Seriam situações diferenciais: “o tipo de povoamento, a natureza dos títulos de propriedade e do sistema de demarcação da terra, os sistemas agrícolas e toda a série de traços sociais e culturais ligados à propriedade da gleba e ao trabalho agrícola e aos quais se atribui o adjetivo agrário” (RIOS, 1979, p. 87).

Segundo Sorokin et al. (1981), o tempo fez aumentar as diferenças entre o rural e o urbano, seja quantitativa ou qualitativamente. Essa análise de diferenciação deve ser feita, defendem os autores, quando se verificar a maior possibilidade de desenvolvimento dessas categorias. No que tange às sociedades antigas e medievais, esse desenvolvimento não foi o mais enfático, porém na contemporaneidade (1930) o seria. A perspectiva que assumem é de

que as diferenças entre o rural e o urbano podem ser verificadas como tipicamente perceptíveis e de maneira geral, isto é, como resposta de espectro definitivo para ambas as categorias e com reputação fundamental. Essas definições, por outro lado, são compostas e não derivativas de elementos separados.

Definem, então, um conjunto de diferenças claras entre o rural e o urbano: diferenças ocupacionais; ambientais; no tamanho das comunidades; na densidade populacional; na homogeneidade e heterogeneidade das populações; na diferenciação, estratificação e complexidade social; na mobilidade social; na direção da migração; no sistema de integração social. Essas proposições enfatizam noções preconcebidas de um rural com características de menor densidade de acontecimentos, de uma complexidade reduzida e, de certa forma, como um espaço de influência do urbano, que é traçado como preponderante, mais efusivo na realidade social e tendencialmente dominante nas percepções de futuro.

Seguindo essa percepção de diferenciação, Mendras (1969) aponta para um referencial histórico. De acordo com o autor, a história da humanidade é dividida entre a promoção da agricultura e a formação dos aglomerados urbanos. Infere que as civilizações pré-urbanas se mantinham como comunidades mais isoladas, reforçando o sentimento de solidariedade. Nessa relação interna, os estranhos – “outros” – eram subjugados em sua humanidade e tratados como sub-homens. A base da vida era não econômica, marcada pela tradição, obrigações morais e religiosas e uma fraca ou inexistente divisão social do trabalho.

Com o surgimento das cidades, surgiram também os camponeses. Segundo o autor, os camponeses estão interligados às cidades. Sem a cidade é um aborígene, um autóctone, mas, a partir dela, exerce-se um conjunto de influências econômicas e intelectuais que influenciam na sua organização social, principalmente por considerarem outros grupos como humanos e não mais como sub-humanos.

A cidade, como descreve, é o local da especialização e do universalismo, significando que se torna um polo que irradia elementos sociais para além de suas fronteiras imediatas e alcança os espaços não urbanos. As grandes cidades seriam esses locais de expansão cultural por excelência. Já as pequenas cidades seriam ambivalentes por se configurarem como pontos de disseminação de sentimento urbano e, também, locais de manutenção de elementos culturais rurais. Sugere-se existir uma relação dual nesses espaços.

O autor aponta ainda a existência de um processo de urbanização do campo e de ruralização das cidades. Segundo ele, as diferenças formais entre um e outro são possíveis, mas não excludentes. Cita, por exemplo, as variações presentes entre os próprios bairros de uma mesma cidade. Relata, também, que a penetração de valores urbanos no meio rural desencadeia uma transformação nas relações de solidariedade. Enfraquecem-se as relações

coletivas e não econômicas por um lado e se fortalecem relações individuais e comerciais por outro.

Mendras (1969) menciona, nesse sentido, a promoção de atividades pluriativas entre os moradores do meio rural francês. Nesse caso, enxerga uma estratégia social de juntar as vantagens da vida rural com os melhores proventos do trabalho urbano. Embora defenda uma revisão dos estereótipos do campo e da cidade, está convencido de um certo triunfo urbanístico.

Henri Lefebvre (1981), por seu turno, preocupa-se em ponderar que a realidade social rural é mais complexa que uma representação monótona e pitoresca, que ali operam elementos de uma sabedoria camponesa e de equilíbrios não estáveis. Segundo ele, um olhar pouco atencioso tende a perceber a comunidade rural como estanque historicamente (parada no tempo), desconsiderando os conflitos, as mudanças, seu caráter dinâmico e complexo.

Assim, insiste que a Sociologia Rural precisa dar atenção especial às perspectivas históricas que refletem sobre o rural. A preocupação com os camponeses e com a realidade rural assume importância quando a agricultura capitalista está suplantando a antiga formatação rural. Questiona-se quanto às motivações para a assunção desse interesse. Conforme o autor afirma, seria, por um lado, uma percepção saudosista de alguns elementos da realidade feudal e, por outro, entusiasta das novas edificações sociais capitalistas.

O autor define a importância da comunidade rural camponesa como expressão de análise dessa realidade. De acordo com ele, a comunidade não é um modo de produção em si, já que se mantém mesmo com as transformações dos modos de produção. Essa permanência não significa estabilidade, pois ela sofre influências e se reconstitui, se modifica, enfim, não é incólume como estrato social reificado.

Além do mais, o autor tece uma crítica às interpretações evolutivas da comunidade camponesa. A comunidade não é imutável ou eterna, ela poderá desaparecer, reorganizar-se, fortalecer-se, mas não como um dado geral. É importante falar do seu processo de formação e desenvolvimento, das condições em que existe. Uma possível dissolução da comunidade não se encontra apenas nas relações mercantis, mas também nas relações políticas, principalmente aquelas mantidas com o Estado. Há, inclusive, uma variabilidade espacial, considerando dinâmicas regionais e temporais.

Enfim, Lefebvre (1981) defende que a realidade na qual se debruça a Sociologia Rural não é uma realidade autônoma, mas articulada socialmente. Essa realidade, outrossim, carece de entradas sócio-históricas, donde a comunidade é um exemplo profícuo.

Na tradição de estudos de Sociologia Urbana da Escola de Chicago, Louis Wirth (1973) se esforça por caracterizar o que seriam as especificidades do “fenômeno urbano”, destacando o protagonismo e a proeminência das experiências urbanas no tocante à realidade social da era moderna, sendo também expressão de civilidade. Não apenas a cidade em si seria objeto de tais

adjetivações, mas principalmente o seu crescimento e a centralização como espaço da vida, caracterizando-se como expressão do novo. As cidades assumiram a condição de centros irradiadores dessa civilização, local donde partem as definições econômicas. Sua influência seria mais ampla que apenas seu espaço construído/edificado.

Wirth (1973) salienta que o urbanismo vai além da cidade, que é seu espaço constitutivo, e se insere em dinâmicas rurais, e alerta, ainda, sobre o risco de confundir o urbanismo com o industrialismo ou com o capitalismo. A urbe antecede a indústria. Sociologicamente, o problema urbano se insere na percepção das formas de ação e organização social que insurgem nas cidades. Esse problema se espraia no que tange às análises da homogeneidade e heterogeneidade; nas formas de aglomeração; na segmentação e superficialidade; nos vínculos estreitos, porém estanques; nos contatos físicos, mas não pessoais.

Essa diferenciação operacional apontada por Wirth (1973) gera uma interpretação de distanciamento espacial e cultural entre duas realidades opostas. Ela foi relativizada pela noção de continuum, isto é, há uma diferença latente entre o rural e o urbano, mas não um isolamento completo. Existem níveis de relacionamento entre esses mundos que se vinculam por meio de um conjunto de relações. Essa formulação foi chamada de continuum rural urbano, proposta por Robert Redfield em meados da década de 1950 (1989). Nela, Redfield aponta uma disposição espacial entre três organizações sociais: pequenas comunidades; sociedades camponesas; e cidades. Há uma diluição de interdependência e vinculação entre todas elas, donde o segundo tipo promove uma espécie de ponte, resguardando especificidades.

No decorrer da década de 1960, a interpretação da Sociologia Rural foi de que as dinâmicas rurais penetravam de forma mais intensa no meio rural periférico, por força da modernização. Essa conjuntura é interpretada por Raymond Pahl (1966) como uma diluição dos antagonismos e maior interligação entre os espaços. Para ele, o continuum não é um marco rígido de diferenciação, mas de interligação que varia conforme as atividades econômicas, a realidade local e nacional. Perde-se a concretude da dicotomia, embora as variações espaciais estejam presentes na especificidade do continuum.

Para Elena Saraceno (1996), as categorias de análise das dinâmicas urbano-rurais sofrem rupturas na medida em que a realidade não apresenta um comportamento afeito totalmente a essa tendência. As fronteiras entre rural e urbano, seguindo a dualidade, sempre foram mal definidas na interpretação de Mingione e Pugliese (1982).

Nesse íterim, os fenômenos que ficam na fronteira passam a ser de grande importância para compreensão social. Estes seriam: problemas de industrialização difusa, que fogem à ordem urbana e ao "local da indústria"; a pluriatividade e atividade agrícola em tempo parcial (indo para além da leitura pessimista do paradigma marxista); ação controversa do Estado Providência;

articulação da agricultura com outros setores produtivos; desurbanização dos novos empreendimentos industriais; ascensão de pequenas empresas em áreas rurais; policultura, indústria local: dupla pequena dimensão (pequena agricultura e pequena indústria); modificação do processo de trabalho na agricultura e do mercado de trabalho em si. Essas fronteiras imprecisas são uma característica estrutural da sociedade de cada tempo. A saída mais promissora é suprimir o par dicotômico, o que significa assumir uma análise em limites imprecisos, ambivalentes e complexos.

É possível identificar um sistema de classificação rural-urbano com base, em primeiro lugar, no senso comum, estabelecendo critérios muito variáveis. Já a perspectiva administrativa assume o posicionamento das determinações políticas em que as áreas são "declaradas" urbanas ou rurais, seguindo interesses imobiliários, por exemplo. Por fim, a perspectiva sociológica busca construir vetores de classificação baseados em dados empíricos que possam sustentar a formatação de categorias analíticas e teóricas. Todavia, na tradição sociológica predomina uma percepção de rural associada a uma visão de desenvolvimento, que se desdobra nas categorias de atraso e modernidade. Nessas proposições, o campo é tolhido pela urbe.

A urbanização do campo é analisada por Wanderley (2000) à luz das categorias de continuum, de modernização e de fim do rural. Embora as considere importantes, são insuficientes, uma vez que em geral estão centradas no urbano. Segundo ela, não há um fim do rural, mas sua reorganização, melhor dizendo, há o fim do rural como classificação clássica.

Dessa ressignificação surge um novo rural, complexo e diverso, porque se articula com a multiplicidade de representações que o configura. Essas representações tendem a informar o rural em sua relação com a natureza, com o ambiente e seu fortalecimento no sentido da preservação. O novo rural é, em síntese, uma nova leitura que o privilegia como patrimônio.

A sua ênfase analítica repousa nas transformações do meio rural, donde se percebem novas atividades, relações, ressignificações para além do agrícola e a expansão de sua variação. Essa conjuntura é fruto de uma maior complementaridade com o urbano, que se confirma pela maior ação de atores coletivos no meio rural, que lhe conferem dinamismo e conflitualidade. Depreende-se posições que convergem no sentido de pensar o rural e o desenvolvimento, encontrando no conceito de território uma chave de debate. Os territórios rurais garantem uma abordagem que considere uma melhor organização de mercados, de preservação, de recursos paisagísticos e culturais, entre outros.

As classificações baseiam-se em critérios. Esses, com maior ou menor especificidade, podem ou não encontrar ressonância na realidade. Dados à parte, eles subsidiam a construção de um imaginário de diferenciações. Considera-se importante verificar as especificidades (não perdê-las de vista), mas não universalizá-las como um princípio unificador. Existe, portanto, uma

necessidade de perceber como essas classificações permitem compreender a ruralidade e quais as possibilidades de ampliar essa compreensão.

Aspectos da conceituação da ruralidade no Brasil

Verifica-se que as classificações clássicas sobre ruralidade não são, de todo, suficientes para compreender a complexidade desse conceito polissêmico. O caso brasileiro é um exemplo dessa condição. No Brasil, a classificação rural-urbano segue uma definição institucional, aplicada pela Lei Federal no 311, de 1938, que estabeleceu como cidade toda e qualquer sede de município, independente de outros critérios ou características.

Seguindo essa definição, “o rural é tudo que não é urbano” (LEITE, 2000, p. 231). Essa separação é questionada por José Eli da Veiga (2002) como insuficiente, visto que muitos municípios brasileiros são essencialmente rurais. O mesmo critério é criticado por Tania Bacelar Araújo (2015, p. 45), que define “em 37% a população residente em municípios essencial e relativamente rurais” estando distribuída “em 87% dos municípios, que se estendem sobre 89,2% do território nacional”.

Da mesma forma, José Graziano da Silva (1997) chama a atenção para o fato de que as diferenças entre rural e urbano estariam perdendo importância. O entendimento do rural passaria, necessariamente, pela ideia de continuum com o urbano, apontando para uma conjuntura de urbanização do meio rural via industrialização da agricultura e a implementação dos Complexos Agroindustriais – CAIs. Este rural que analisa é integrado à urbanidade e suplanta as categorias clássicas da dicotomia rural (atrasado), urbano (moderno). É um espaço sob expansão do triunfo capitalista, embora circunscrito aos países de desenvolvimento econômico acelerado e consolidado.

Constituem-se, nesses casos, políticas ambientais arrojadas, sistemas compensatórios e a figura do part-time farmer, que se estabelece como um prestador de serviços agrícolas e não agrícolas, também compreendido como pluriativo. Seriam várias as formas de associação trabalhista e produtiva a que esses indivíduos poderiam se associar. Podem ser empregados e trabalhadores autônomos, ao mesmo tempo, ou empregados e patrões. Esse processo foi possível graças ao desenvolvimento tecnológico, pela redução do tempo e aumento da produtividade nas atividades.

No caso brasileiro, o autor se baseia nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e, especialmente, na variável População Economicamente Ativa (PEA), para demonstrar que a incorporação produtiva de atividades não agrícolas no meio rural não incidiu em êxodo. Em síntese, isso significa que a PEA envolvida em atividades agrícolas diminuiu, mas a população rural não acompanhou a mesma proporção. As principais atividades não agrícolas seriam as industriais e agroindustriais, a prestação de serviços

ligados à urbanização do meio rural e à preservação ambiental, além do turismo e lazer (sítios de recreio). Haveria, enfim, uma melhoria de renda com a incorporação das atividades não agrícolas.

Nesse sentido, seguindo Graziano da Silva (1997), o rural brasileiro não pode ser associado apenas aos aspectos agrários, agropecuários e agroindustriais, mas a outras dinâmicas produtivas e com outros sentidos de ocupação. A perspectiva do emprego rural deve ser considerada para além daquela que visa à ligação com a terra apenas. Há, portanto, uma crítica às políticas que levam em conta a superação da pobreza rural via reforma agrária, exclusivamente. A modernização, segundo infere, é também um caminho para melhoria das condições de vida no campo.

As percepções do rural e do urbano brasileiros podem, ainda, ser analisadas por meio de seus marcos legais definidores (MEDEIROS et al., 2014). Parte-se da ideia de que o rural, nos últimos anos, passou de um espaço concebido apenas pela produção e vem suscitando outras categorizações legais, fruto de sua mudança intrínseca e dos novos olhares que tem recebido. Essas mudanças seriam produto, também, dos movimentos sociais do campo, que desdobram as modificações nas políticas públicas que passam a valorizar o rural e seus novos atores, muitas vezes segregados e invisibilizados.

Essa redefinição incorpora, segundo Sergio Pereira Leite (2020), os debates sobre o desenvolvimento rural, o rural territorial, as políticas públicas para o rural e a sustentabilidade. Para o autor, a conceituação de ruralidade brasileira contemporânea precisa levar em conta os arranjos econômicos e sociais nacionais e internacionais, uma vez que essas dinâmicas atualizam as relações sociais e produtivas nesses espaços. Alterações no controle e no uso da terra, por exemplo, são indicadores de processos de reordenamento de ocupação, de empregabilidade e de sustentabilidade.

O rural seria visto agora como local de potencial desenvolvimento, com população, com perspectivas positivas e negando a tese de fatalidade do esvaziamento. Esse processo seria, segundo Medeiros et al. (2014), uma ressignificação pautada por critérios qualitativos, seja a qualidade de vida da população, seja a qualidade da produção alimentícia que dele provém. Todavia, numa análise histórico-cronológica, chamam a atenção para a manutenção de um certo vazio institucional do rural brasileiro, isto é, o Estado reproduzindo a perspectiva do rural como resíduo e como periferia.

De tal modo, o rural foi central no período colonial, mas rearticulado a partir de meados do século XIX, quando as cidades ganharam mais importância e tornaram-se os locais da centralidade administrativa e econômica. Com o crescimento das cidades, surgiu a necessidade das delimitações jurídicas sobre a propriedade e o ordenamento do espaço urbano, e assim se definiu a estratificação do “outro” (rural) como local de produção. Essa diferenciação foi reproduzida nas Constituições republicanas com poucas variações, vide, por exemplo, as percepções do rural na Nova República, a partir de 1930, vendo-o pelas possibilidades de contribuição ao modelo industrial desenvolvimentista.

A inércia do Estado sobre essa questão só foi vencida e desestabilizada pelos movimentos sociais, que desde a década de 1960 tiveram participação ativa nas transformações institucionais sobre o rural. Os movimentos sociais pautaram também as regulamentações no meio urbano, seja com a definição de políticas habitacionais, seja pela pressão pela reorganização de uma cidade mais inclusiva.

A luta pela redemocratização incidiu na pauta da reforma agrária e do acesso à cidadania. Nesse sentido, a Constituição de 1988 marcou importante ordenamento quando definiu a função social da propriedade, determinando mecanismos de redistribuição de terra; e a política de organização do território urbano, principalmente no combate à especulação imobiliária. Embora ela tenha trazido avanços significativos, não superou totalmente a separação do urbano como local do moderno e o rural como espaço do atraso.

É importante destacar que o espaço agrícola e o espaço rural não são sinônimos. A ruralidade pressupõe a existência de uma sociabilidade, de gente, de tradições, de cultura inserida num território, um modo de vida. É por isso que a agricultura familiar constitui o espaço fundamental da ruralidade e dela se depreendem elementos de convívio ambiental menos predatório. Um rural socioambiental, como afirma Brandenburg (2010).

Do ponto de vista prático, as questões ambientais acabaram assumindo papel preponderante para pensar os novos arranjos rurais. Conforme aponta Rodrigo Constante Martins (2005), a utilização e a preservação ambiental e paisagística foram incorporadas pelas políticas rurais no tocante a pensar territórios e localidades. Significa compreender o desenvolvimento rural como uma construção de demandas e perspectivas locais, considerando uma expectativa de articulação que perpassasse o local, nacional e global. Isto é, relacionar o local à totalidade. Essa totalidade englobaria o envolvimento de fatores agrícolas e não agrícolas.

Esse debate surgiu na Europa e rapidamente influenciou as percepções da ruralidade brasileira, provocando, para se notar aqui também, a existência de uma “nova ruralidade” e seus qualitativos específicos. Embora com uma característica muito dispersa e por vezes imprecisa, é possível, segundo Martins (2005), perceber elementos de uma nova ruralidade no Brasil, principalmente no sentido das atividades não agrícolas e numa perspectiva de reordenamento da relação indivíduo-natureza. Retoma-se aí a dificuldade de definição entre rural-urbano no Brasil, seja por questões de densidade ou pelos critérios institucionais arbitrários.

As mudanças no rural brasileiro já imprimiram variações nos estudos da temática, como infere Sérgio Schneider (2009). A mudança em curso identifica-se pelo relacionamento entre as variáveis de ruralidade, território e desenvolvimento. Os estudos rurais contemporâneos seguem uma perspectiva de superação da dicotomia de oposição rural-urbano. Estariam ocorrendo no momento três movimentos de reconceitualização do rural, sendo o das mudanças socioeconômicas e demográficas; o viés da cultura e representação

social e a ótica das transformações e reconfigurações pós-fordistas nos espaços rurais. Nesse sentido, as noções de território e desenvolvimento seriam importantes por conferirem-se como conceitos instrumentais, práticos e com grande poder de explicação causal.

Tania Bacelar Araújo aponta que em linhas gerais o rural é conceituado como “um lugar de produção, mas também um lugar de vida social” (2015, p. 42). Reforça ainda que essa noção está alicerçada numa condição historicamente constituída, heterogênea e polissêmica. Contemporaneamente, contudo, o foco de discussão sobre a ruralidade tem sido menos produtivista e relacionado “à forma como se organiza a vida social, levando em conta, especialmente, o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida” (2015, p. 43).

Martins (2005) adverte que a perspectiva desse novo rural deve ser problematizada à luz das características históricas e das transformações/continuísmos, com o objetivo de perceber quais dessas realidades são, de fato, novas, sob o risco de reificar visões patrimonialistas e desiguais. Há a probabilidade de estimular uma visão do “novo” que se mantém sob a égide de interesses setoriais do “velho”. A verificação do caráter contraditório e complexo dos movimentos do desenvolvimento rural e territorial (subjacente ao local e ao geral) é fator premente para compreender a conjuntura da ruralidade brasileira. Essa seria uma abordagem da “totalidade”.

Ainda que esse modelo de organização de vida rural não se distancie tanto das experiências urbanas é o sentido e a simbologia acionada pelos indivíduos e pelas comunidades rurais que expressam uma dinâmica que se identifica e se diferencia da urbanidade. Não se trata de definir e quantificar o tamanho dessas distâncias ou proximidades, trata-se de reconhecer como essa realidade vivida é representada. Há uma ruralidade compreendida como um fazer, um viver, um ser relacional.

Ruralidades, ressignificações e representações

Como termo que designa a realidade do chamado mundo rural, a ruralidade encerra um conceito polivalente, mas marcado pela dicotomia. Numa digressão histórica, ela representa a oposição clássica urbano-rural. Esse conceito, como apregoa Elena Saraceno (1996), é clássico no sentido de remontar a utilização da abordagem da Sociologia com ganas de objetividade e matematização pós-consolidação da sociedade moderna em meados do século XIX. A industrialização promovia uma organização social complexa que necessitava de cuidados teóricos efusivos, o que não se aplicava a essa realidade era o oposto, a antítese feudal, o passado como fábula do atraso e como testemunha do evolucionismo apregoadado pelo positivismo.

As transformações sociais que se desenrolaram no intercurso da Primeira até a Terceira Revolução Industrial promoveram um intenso processo de modernização técnica e de expansão de consumo. A tese de Saraceno, considerando o período de finais do século XX e tendo a Europa como problema de análise, expressa uma hipótese de que a conjuntura, naquele momento, havia esborado e corrompido as bases da diferenciação clássica do rural-urbano. A categoria ruralidade perdera, então, importância e significado? Na opinião de Saraceno, em muitos países da Europa as dinâmicas sociais ultrapassaram a diferenciação rural-urbana, tornando-se, em certo sentido, uma expressão corrente dos modelos urbanos. Não se trata de perda de significado, mas de reordenação desses sentidos. A ruralidade agora é outra.

No caso europeu faz-se importante registrar o impactante efeito de políticas públicas voltadas ao rural, baseadas em critérios de compensação para as áreas que, por conta de acordos internacionais, perderam a funcionalidade agrícola, um dos vetores clássicos de classificação. Não se pode transferir essa análise de forma automática para o Brasil, embora a realidade daquilo que é convencionalmente definido como rural brasileiro tem passado por significativas modificações e interpõe, também, essa problematização classificatória.

A questão de critérios classificatórios, como bem aponta Saraceno (1996), tem relação com os objetivos em questão e com a especificidade do problema em análise. Optar por determinados critérios importa em justificá-los e oferecer tratamento diferencial conforme as demandas epistêmicas.

Nesse caso, pode-se concordar com Saraceno que as variações e a diversidade do objeto importam numa abordagem que possa convergir relacionadamente com as dificuldades das análises. Na prática, nem sempre essas variáveis se justificam ou promovem avanços. É uma tarefa eminentemente complexa em que a reificação do conceito ou sua deterioração são riscos prementes (SARACENO, 1996).

A experiência de ruralidade, nesse caso, é expressa por um critério territorial. O território é tanto urbano como rural, mas as percepções sobre o que se desenvolve nele são diferenciais. Daí emerge uma avaliação que Saraceno (1996) chama de "intuitiva", que pode ou não ser confirmada com dados. Na maior parte dos casos, a classificação que permanece é aquela informada por percepções iniciais e aproximativas.

Para Saraceno, a definição da urbanidade foi, no geral, menos duvidosa. Se havia aglomeração, havia cidade. Se não havia aglomeração, seria rural. A ruralidade era uma categoria residual, visto que a tendência geral era o deslocamento do rural para o urbano. Como enfatiza, "há, portanto, um vício conceitual na identificação do rural, que diferencia o espaço de maneira não neutra inserindo um forte pressuposto sobre suas dinâmicas demográficas, mesmo antes de mensurá-las" (SARACENO, 1996, p. 2).

Outro problema classificatório clássico se refere à presença ou não das atividades agrícolas nas áreas rurais. Melhor dizendo, há um argumento antigo

de que é rural o território onde as atividades econômicas estejam predominantemente ligadas à agricultura.

Essa diferenciação era menos complexa no período pré-modernização, isto é, quando as características feudais ainda eram mais evidentes na Europa. A modernização produtiva alterou esse quadro. A dinâmica clássica tem relação com as condições pré-industriais e industriais, quando a concentração populacional passou a ser urbana e ocorreu um esvaziamento do rural. Em resumo, a modernização reduziu a proeminência das atividades agrícolas nas zonas rurais, enfraquecendo essa característica como indicadora de classificação.

A antiga classificação, com base na divisão social do trabalho, não é mais suficiente para explicar e conceituar a realidade em questão. O argumento defendido com veemência por Saraceno é que o rural tem se tornado cada vez mais diversificado, donde as definições correntes não abarcam a complexidade das experiências sociais presentes nas áreas até então ditas rurais.

Como aponta Ferrão (2000), nos anos 1980 emerge o chamado "mundo rural não agrícola", e dessa realidade questiona-se o primado da produção de alimentos e da atividade agrícola como preponderante. O rural passa a ser "mais" do que o local da agricultura, comportando experiências diversas, aproximadas e complementares das realidades urbanas. Valoriza-se a ideia de rural como um patrimônio, seja do ponto de vista de aspectos de preservação da natureza, dos movimentos de renaturalização ou reconexão com a natureza, seja das ideias de autenticidade ligadas à memória e aspectos históricos. Além disso, há percepções de que a paisagem é, mais que um patrimônio simbólico, um objeto de mercantilização baseado na vivência de experiências.

Há, porém, um viés urbano na tessitura dessas representações que redefinem o rural. Como aponta Ferrão, "o futuro dos 'mundos rurais' decide-se, no essencial, em sede urbana" (2000, p. 49). De acordo com o autor, o desafio, diante dessas questões, é pensar elementos que posicionem demandas "a partir do rural", considerando os possíveis benefícios mútuos.

A assimetria que surge com as representações direcionadas do urbano para o rural, e que se consolidam em relações econômicas predatórias e dominantes, precisa ser recondicionada em sinergia complementar, não propondo a anulação das especificidades e diversidades, mas compreendendo-as e valorizando-as. Essa estratégia congrega, entre outros elementos, a construção de imaginários e representações sociais de integração, como aponta Ferrão (2000).

A ideologia de desenvolvimento, baseada no movimento rural-urbano, influenciou diretamente as políticas públicas estabelecidas para o mundo rural, sendo produzida e produtora do vício desenvolvimentista da abordagem rural-urbano. O local do desenvolvimento, em muitos casos, foi apenas o urbano, como centralizador das atividades industriais. Quando o rural também apresenta essas características desenvolvimentistas, a análise e classificação ficam complexificadas. O argumento perde validade, embora uma nova

explicação não suplante esse embate. Uma solução possível é evitar classificações macroestruturais e buscar nos arranjos de “economias locais” as dinâmicas de diferenciações possíveis e efetivas.

Na opinião de Ferrão (2000), a condição contemporânea diluiu a dicotomia rural-urbano tradicional. Significa que estes espaços estão “mais interligados”, embora não totalmente. As marcações de diferença ainda são relevantes, mas foram ressignificadas de acordo com complexas relações de complementaridade e distinção. Significa, também, indicar que espaços urbanos e rurais se tornaram mais diversos e incluem, entre si, variações de tangência.

Ao homogeneizar as categorias de ruralidade e urbanidade, perdem-se muitas variáveis que explicam esses novos arranjos. Todavia, esse tecido interligado e novo não suplantou posições de diferenciações e constrange, de certa forma, uma visão que anularia, de fato, suas identidades historicamente construídas nas representações sociais. A contradição própria dos discursos de valorização do rural passa pela falta de efetividade desses discursos.

Pela proposta de Saraceno (1996), a forma de compreender as relações rurais-urbanas é analisar espaços locais. No caso, significaria analisar o campo e a cidade em conjunto num dado território. Nos estudos, como é possível organizar isso? Trata-se de uma pesquisa integrada (CARNEIRO, 2008) como forma de deslocar-se de uma abordagem tipicamente dicotômica. O que sobressair dos dados de campo explicará as classificações e representações como ordenamentos internos, nativos.

Se o objetivo da pesquisa é não fortalecer a dicotomia, a ela precisa ser integrada, ou melhor, geral, desconsiderando variáveis, a priori, e abordando as variáveis produzidas pelos atores sociais. A vantagem dessa proposta reside também na desconsideração de aspectos determinantes, como vetores de objetividade unívoca e de premissas homogeneizadoras das relações sociais. Além disso, evita-se o risco de proceder uma leitura europeizante do rural brasileiro.

Parece ser mais importante e produtivo apontar as limitações e os problemas da dicotomia rural urbana, do que apontar uma solução milagrosa para acabar com essa problemática. Num contexto de “consensos provisórios”, como diz Carmo (2009), o rural já foi identificado com uma tradição antiga, como um resíduo em vias de desaparecimento, como um espaço dominado pela urbanização e, paradoxalmente, como entidade renascida de nova roupagem. Essa diversidade de aspectos reforça o peso das disposições analíticas ensejadas em torno de um objeto fugidio e, em certa medida, ainda incógnito.

O alerta emitido por vários teóricos (CARMO, 2009; SARACENO, 1996; BONOMO et al., 2011) é de que convém avaliar a penetração urbana no rural com parcimônia, sob o risco de homogeneizar seus efeitos, sua amplitude e seus resultados. Não se trata de tornar o rural urbano, porque esse não é um processo unívoco. Mesmo nas interpretações que insistem numa diferenciação

estrutural entre os espaços, não se depreende que as variações sejam simplesmente substituídas e que o evolucionismo possa explicar uma transfiguração social, promovendo valores urbanos como lógica generalizadora.

É possível identificar essa conjuntura com o conceito de “indigenização” da modernidade, proposto por Marshall Sahlins (1997), no sentido de que os atores sociais atingidos por mudanças em suas narrativas fundamentais, elementos culturais ou mesmo nas condições estruturais não os substituem direta e simplesmente, mas os ressignificam à luz de seus referenciais e atribuem sentidos e significados próprios.

A visão da emergência de um rural renascido é proposta por Kayser (1990), no sentido de que ocorre uma variação entre aspectos da modernização e da manutenção tradicional. Em resumo, não significa que a ruralidade clássica resista à modificação, tampouco que a urbanização tolha e varra o rural, suplantando-o. Seu renascimento reside no crescimento demográfico, na maior variedade das atividades produtivas e econômicas, na somatização de estratégias locais. Significa, na interpretação de Kayser, uma posição da maior autonomia rural no quadro do continuum rural-urbano e não o contrário. A transformação na base econômica, na perspectiva ambiental e mesmo de valorização turística não é resposta da urbanidade sobre a ruralidade, mas uma reorganização do rural diante de uma realidade geral em curso.

Subjazem, portanto, as variações de tratamento do rural como uma realidade fadada ao desaparecimento, como uma estrutura insolúvel, que resiste às transformações, e de uma reinvenção constante. Essas categorizações são, nas palavras de Carmo: “representações que tendem a conciliar determinados parâmetros teóricos com a análise empírica de certas realidades circunscritas” (2009, p. 273). Como tal, não parece ser lícito desconsiderar nenhuma delas no corpus analítico, embora as dinâmicas sociais, historicamente, tenham convergido para processos sociais de ressignificação.

Essa variação de posições, segundo Carneiro (2008), expressa as dificuldades que os pesquisadores contemporâneos têm enfrentado ao tratar dos temas que abarcam o chamado “mundo rural”, e que não se encaixam nos pressupostos teóricos clássicos. Esse problema provém também das imagens produzidas nas percepções dos pesquisadores, dos habitantes da cidade e dos próprios residentes do campo. Além disso, subjazem noções reificadas do rural, aquele não vivido, mas fantasiado pela literatura, pelo cinema e pela propaganda. Sua vitalidade conceitual persiste em especificidades teóricas e como substantivo próprio na utilização orientada por critérios de autorreferência.

É importante esclarecer que aceitar os limites da capacidade heurística das categorias “rural” e “urbano” não significa abolir o seu uso ou reafirmar, apenas, que o rural não se restringe ao agrícola e nem que se trata de mera criação imaginária. Não é apropriado, muito menos, buscar uma essencialidade para

essas categorias, de maneira a restituir-lhes função classificatória. Essas observações nos levam à necessidade de reconhecer o estatuto teórico dessas categorias. (CARNEIRO, 2008, p. 28).

O alerta de Carneiro é enfático no sentido de compreender que as classificações operatórias geridas pelos pesquisadores recaem numa conceituação utilizada não só na academia, mas, de modo geral, entre instituições e mesmo pelo senso comum. A responsabilidade é notória e a necessidade de expandir o debate, premente. Não basta propor novas abordagens, é preciso qualificar a própria experiência da análise em relação aos critérios de ciência e de ressonância social.

Concorda-se com Carneiro, mais uma vez, no sentido de que o desafio não se encerra em tratar com mais acuidade do conceito de rural e urbano, mas, sim, das práticas sociais em sentido amplo. Efetivamente são os atores sociais que dão aderência epistêmica entre as categorias teóricas e os dados empíricos. Melhor dizendo, a produção de conhecimento se dá na conexão da realidade objetiva com elementos subjetivos.

Nesses termos, seria mais prudente, em vez de tentarmos redefinir as fronteiras do rural e do urbano ou, mais simplesmente, de ignorarmos as diferenças culturais compreendidas nesses amplos rótulos, orientarmos nossos esforços para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais. Seria o caso, então, de percebermos essas categorias como representações sociais que podem ser manipuladas ou resgatadas na mobilização de ações coletivas. Nesses termos, a questão principal seria a de identificar o lugar e o significado que essas categorias preenchem nas relações sociais em um espaço determinado (CARNEIRO, 2008, p. 28-29).

Utilizar-se dessa estratégia de abordagem gera potencialmente uma distorção em relação à construção de variáveis. O rural manifesto pode ser idealizado, distante de uma ressonância empírica, mais uma vez colocando um problema para o pesquisador (CARNEIRO, 2008; MORMONT, 1989). Conforme Carneiro, uma solução possível é tratar as representações sociais da ruralidade como categorias operatórias e não fazer delas novas categorias analíticas. A autora define que “a noção de rural corresponde a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos” (2008, p. 30).

Se não é tácito suprimir ou superar de maneira simples a dualidade, é pertinente aprofundar o debate, como assevera Halfacree (1993). O autor parte da perspectiva de que resultam, em geral, três grupos de definições consensuais sobre o rural-urbano, a saber: definições descritivas; definições socioculturais; definições pautadas na localidade rural. Todas são válidas, porém as duas primeiras tratam de forma inadequada o espaço, enquanto a última tende a uma excessiva distinção.

As “Definições Descritivas” são baseadas em dados quantitativos e nas características socioespaciais, tais como estatística, definição administrativa, área construída, regiões funcionais, agricultura, tamanho da população e densidade. Em geral, são voltadas para o planejamento e manejadas na academia e o problema que decorre daí é a predefinição do que seja o rural e a posterior adequação da realidade ao conceito. Portanto, apenas descrevem, mas não conseguem definir o rural.

Por outro lado, as “Definições Socioculturais” organizam-se em torno do princípio de que o tipo de aglomeração (densidade) articula o modo de vida subsequente. Partem, então, do rural como um modo de vida (influência de Louis Wirth). Assentam-se na compreensão da mudança social e estabelecem as dicotomias urbano-rurais, além de subsidiar os estudos de comunidade. Da complexidade e variedade das comunidades rurais surge o conceito de continuum rural-urbano (REDFIELD, 1989).

Em geral, essas percepções sofreram críticas pelas “evidências contraditórias”. Halfacree defende que são postulados teoricamente falhos e muito associados à noção de determinismo geográfico e a uma percepção limitada do espaço. Para ele, importa ressaltar que o espaço é produzido, demovendo as posições que estabelecem especificidades inerentes e condicionais. Implica, porém, não o tratar como um resíduo social. O espaço “é” a sociedade, não parte, resultado ou resquício dela.

Já a “Localidade Rural” pauta-se na percepção de um “desenvolvimento irregular”, que não possui demarcações específicas entre rural e urbano. Ao contrário, tem uma “variedade de escalas espaciais”. Nesse sentido, a ponderação deve ser de olhar para os lugares, compreendendo relações extrarrurais e extraurbanas.

Dessas três definições possíveis, mas problemáticas, propõe-se analisar outra alternativa, à luz da teoria das representações sociais. Esta abordagem infere em analisar o rural em seu contexto conceitual, simbólico e discursivo. O autor aciona Serge Moscovici para questionar o princípio de uma abordagem racional e científica do sujeito em seu cotidiano. Articulam-se a agência do sujeito e a forma como ele dá sentido à complexidade da realidade na qual está inserido, embora relativizando o papel linguístico desse processo. Seria, em suma, uma contribuição para as construções mentais que informam o discurso e a ação. Essa proposição reside na utilização das representações sociais.

A abordagem das representações sociais, tal qual propõe Moscovici (2015), permite compreender de forma mais acurada como os atores sociais que vivenciam a ruralidade lhe atribuem determinados sentidos. Essa construção de significados impacta na forma como essa realidade é percebida, dimensionada e comunicada. Essa abordagem não é, contudo, uma ferramenta que elimina os problemas conceituais da ruralidade. É um instrumento capaz de contribuir nessa tarefa.

Segundo o pensador romeno, “as representações constituem, para nós, um tipo de realidade” (2015, p. 36). Dito de outra forma, as representações

sociais são um mecanismo pelo qual os seres humanos buscam interpretar e recriar a realidade imediata.

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. Elas sempre possuem duas faces, que são interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica. Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem. (MOSCOVICI, 2015, p. 46).

A produção das representações sociais, conforme Moscovici, serve basicamente para clarear e recodificar uma dada realidade. Mais especificamente ele diz que “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade” (2015, p. 54). Logo, pode-se afirmar que as representações são uma forma de definir “sentidos”, visto que se relacionam diretamente com o ambiente do senso comum. A ciência, nesse sentido, faz o contrário, cujo objetivo “é tomar o familiar não familiar em suas equações matemáticas, como em seus laboratórios” (2015, p. 59).

Para Moscovici (2015), os indivíduos têm um olhar seletivo sobre aquilo que compreendem ser familiar e não familiar, não partindo de uma classificação externa. Quer dizer, o familiar não é uma característica de proximidade material, mas de envolvimento social. É possível que alguém que viva no campo não tome todas as suas características exatamente como familiares, visto que em alguma medida pode não ter construído um contato significativo com algumas delas. Da mesma forma isso se aplica a alguém que viva no meio urbano.

Assim, acaba-se por verem coisas das quais há maior predisposição e que impactam na classificação e na representação. No tocante às percepções rurais e urbanas, os olhares são ponderados pela intimidade das características, mas igualmente pela avaliação relacional, fundamentando as conceituações diferenciais. Ainda assim, o peso das proposições reconhecidas pelos grupos de vínculo são, de acordo com Moscovici, determinantes para as definições manifestas.

Isso não significa que as representações sejam negadas pela ciência. Ocorre um processo de reciprocidade epistemológica entre as duas variáveis, uma vez que as noções de realidade produzidas por essas duas variáveis, mesmo não necessariamente complementares, interatuam no pensamento. São, por isso, geradoras de convenções sociais e prescrevem elementos que a sociedade considera válidos ou não. Expressam um conteúdo histórico que se apresenta como uma legitimação dada sobre os regimes de definição e classificação diante das dúvidas sob as quais as pessoas se depreendem.

É, pois, fácil ver por que a representação que temos de algo não está diretamente relacionada à nossa maneira de pensar e, contrariamente, por que nossa maneira de pensar e o que pensamos depende de tais representações, isto é, no fato de que nós temos, ou não temos, dada representação. Eu quero dizer que elas são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente (MOSCOVICI, 2015, p. 37).

O compartilhamento de uma representação ou de um conjunto ordenado delas faz parte não só de elementos culturais de maneira geral, mas também de afiliações mais específicas. Os pertencimentos identitários, de classe, religiosos, afetivos, de gosto, entre outros, são variáveis que produzem e negam representações, articulando aspectos privilegiados de construção de sentidos sociais. Assim, percebe-se oportuno analisar esses vetores identitários e característicos para compreender a ruralidade conceituada.

Algumas críticas às representações sociais são recorrentes e importantes no debate teórico das ciências sociais e humanas. A maior parte delas surge no escopo da Psicologia Social e está vinculada às chamadas teorias cognitivas. Não é um debate que se possa trazer a essa discussão momentânea. Cabe, porém, pontuar essas questões no sentido de sua intersecção com as ciências sociais, sobretudo a Sociologia. Antônio Soares (2007) cita algumas delas: a) que essa abordagem não supera o primado do senso comum, sendo um relato de posições narrativas apontado pelos atores sociais; b) que reforçaria uma percepção alienante da realidade, ao desprezar o contexto estrutural e das forças produtivas e antagônicas que o constituem; c) que o mundo é apresentado como uma realidade determinada e não construída ou modificável.

Embora não se queira aqui negar a existência de problemas e mesmo limitações do uso das representações sociais, é possível afirmar que parte dessas críticas são, igualmente, um olhar limitado sobre essa teoria. Há um contexto e uma condição para sua aplicação. Como alerta Sancovschi (2007), corre-se o risco de perceber as representações sociais como uma generalização. E esse risco acaba por permear uma discussão sobre a contribuição que esse arcabouço oferece.

As representações sociais não são a única chave de compreensão da realidade. São elementos que contribuem e permitem avançar na percepção da relação entre os sujeitos cognoscentes e a realidade cognoscível. É, portanto, uma ferramenta que amplia o conteúdo simbólico e significante. O que se

defende aqui não é tratar da utilização das representações sociais como categoria teórica definitiva sobre essa discussão, mas provocar o debate quanto às possibilidades de seu uso e aos ganhos analíticos decorrentes. Ao pensar o uso e o processo de construção representacional do conceito de ruralidade entre aqueles que a vivenciam, está-se permitindo a apreciação de uma percepção mais acurada sobre uma realidade que está sempre em construção. Entende-se que a ruralidade é, também, um fazer-se cotidiano de definir-se, manifestar-se e representar-se.

Halfacree (1993), por exemplo, critica a limitação dos discursos eminentemente acadêmicos que impõem uma miopia teórico-empírica ao não reconhecer os discursos leigos, isto é, o conhecimento prático das “pessoas comuns”. Nisso, reforça as possibilidades da abordagem representacional, que converge para uma metodologia hermenêutica e interpretativa do rural. Assim, é sensivelmente importante analisar a forma como as pessoas de determinado local percebem o “espaço rural”, o significam e atribuem a ele sentido. Dessa relação discursiva emerge uma abordagem menos contraditória de um rural definido de fora. A conclusão de Halfacree (1993), portanto, é de que não seria prudente estabelecer uma definição única para o rural, mas investir na compreensão entre o espaço e as representações sociais. Com base nessa perspectiva, é possível construir uma definição com base cognitiva e discursiva. Essa posição seria corroborada pela convergência de um mundo pós-moderno e uma definição “imaterial”.

A produção de sentidos e símbolos é influenciada pelo período histórico, suas mentalidades, entre outros. Assim, é lícito considerar que o espaço ocupado pela dicotomia rural-urbano é informado por uma estrutura marcadamente desigual em relação a um rural ainda feudalizado e às cidades modernas industrializadas. Todavia, no atual estágio de desenvolvimento, essa distância é estruturalmente tão significativa para subsidiar, ainda, essa classificação díspar?

Algumas interpretações contemporâneas indicam que essa variação tem se diluído na medida em que o campo também se industrializa. O vetor, nessa percepção, é econômico e concentra-se na preponderância (ou não), de níveis de industrialização. Por outro lado, as leituras baseadas nos chamados “modos de vida” também podem perceber uma maior integração e incorporação de valores ditos urbanos nas práticas das populações rurais. A questão que resiste não parece ser a de que as coisas estão mais parecidas na atualidade, mas se realmente foram diferentes no passado.

Considerando a contribuição de Marc Mormont (1989), convém alertar sobre o mito de uma categoria analítica pura. Esta é produzida com base em elementos difusos e prerrogativas variáveis. Como construção, ela é alterada conforme as mutações históricas e se atualiza de acordo com a ação e o interesse dos atores sociais. No que tange à categoria de rural, Mormont aponta que ela se tornou complexa porque passou a designar uma pluralidade

demasiada de elementos. Essa pluralidade não converge para uma classificação baseada num conjunto de critérios.

A reivindicação identitária, como capacidade de produção de alteridade, expressa o reconhecimento da especificidade de um grupo social. No caso, os grupos sociais que se denominam rurais estabelecem essa correlação que impele a um tratamento analítico como categoria social. É o seu discurso que consubstancia essa variável e justifica, inclusive, sua abordagem.

Como defende Mormont (1989), a categoria de rural subsidia a promoção de uma identidade social das populações que vivem nesses espaços. Mesmo que não concordem com todo o conjunto de caracterizações, esses atores se reconhecem na categoria, principalmente porque precisam ou desejam se diferenciar daqueles que não ocupam tal espaço ou não estão envolvidos em tal corpo ideológico.

A relação do conceito operacional com o conceito analítico não é, portanto, uma distinção puramente metodológica que implicaria apenas precauções oratoriais na observação ou na exposição. Pelo menos no que diz respeito aos grupos sociais, parece inevitável que assim que uma categoria (que como tal caia no senso comum) se torne uma representação socialmente efetiva, também é usada como uma categoria sociológica: a reconstrução a ser realizada pelo sociólogo não pode então limitar-se a definir as propriedades sociologicamente significativas que definem a associação nesta categoria; deve incluir uma análise de como a categoria comum é usada, ou seja, o relacionamento que os indivíduos têm com a categoria (MORMONT, 1989, p. 335).

O trabalho sociológico, como alerta Mormont (1989), não apenas poderia confundir elementos da experiência social e da classificação analítica, mas também interferir produzindo e reforçando representações sociais a partir de uma possível autoridade científica.

Considerando esse alerta, seria convergente questionar: até que ponto o conceito de rural e de urbano são, de fato, expressões conceituais presentes na realidade ou fruto de uma simplificação analítica e teórica transplantada como representação para a realidade social? Na prática, importa menos qual a origem da produção do conceito/categoria e mais o sentido que os atores sociais evocam, que leitura efetivam e que relação estabelecem entre esse conceito e suas ações sociais.

As diferenças entre as cidades e o campo são múltiplas e mudam; mas o espaço nunca é indiferenciado: mesmo que a natureza das relações entre as cidades e o campo mude, mesmo que a extensão da desigualdade econômica seja reduzida, mesmo que o campo seja um espaço amplamente utilizado pelos habitantes da cidade e até mesmo se dificilmente existem diferenças de estilo de vida entre as populações das cidades e do campo, as cidades e o campo são espaços diferentes na sua morfologia, suas características físicas. Essas diferenças,

portanto, não são necessariamente diferenças sociais ou desigualdades, embora a diferenciação espacial resulte quase que necessariamente. O ponto essencial, para nossa hipótese, é que essas diferenças podem ser objeto de uma leitura, uma interpretação que dê um significado à oposição entre a cidade e o campo, que situa o rural como o termo de uma oposição que tem um significado na leitura que os atores podem fazer do mundo social. Não se trata, portanto, de questionar a relação urbano-rural ou a realidade das diferenças que compõem o espaço, mas sim a questão de como certas diferenças podem ser objeto de uma “uma construção simbólica”, para se tornar um suporte em uma leitura do mundo (MORMONT, 1989, p. 338).

Concorda-se com Mormont (1989) no que tange a considerar o papel da ruralidade como uma proposição de sentido e de diferenciação mental, em relação a qual os atores evocam elementos e dão mais ou menos prevalência no que concerne aos critérios que a teoria sociológica, por exemplo, tenta quantificar e equalizar. Segundo o autor, são essas predisposições que estabelecem as variáveis de um rural naturalizado, com relações sociais de maior proximidade, que resguardam elementos do passado, como uma reserva técnica de conteúdo nostálgico, na qual a vida é mais autêntica.

Em contraposição, o urbano pode ser lido como local da maior intensidade e velocidade das relações, embora sejam elas mais teatralizadas e distantes, da mesma forma que assume a posição de indicar o futuro, a modernidade. Se a cidade é o local do novo, o é também por sua efemeridade contrastada as permanências e resistências presentes teimosamente no campo.

As redefinições do conteúdo ecológico impactam diretamente nos papéis sociais desempenhados pelo mundo rural e interferem diretamente na construção identitária dos moradores desses espaços. Os espaços rurais subsidiariam a edificação de uma representação pautada na preservação ao evocar o caráter comunitário, a interdependência entre os moradores e uma vinculação temporal mais longa entre o homem e o meio. Assim, o rural das comunidades historicamente constituídas é alçado a partícipe privilegiado na discussão da preservação ambiental.

Além do argumento ecológico, o de preservação de memória, de nostalgia, como já indicado, é valorizado como uma identidade em risco e que suscita, inclusive, um apelo turístico, valorizando territórios e práticas do ponto de vista de uma oportunidade econômica. Seria fazer do dito “atraso” do mundo rural, uma oportunidade atualizada com as tendências de consumo e que impacta na própria organização mental das localidades.

O impacto de uma redefinição do rural, notadamente no sentido de suas transformações estruturais, de novos papéis/funções sociais e ainda da menor diferenciação técnica em relação ao urbano, não deixa de ser uma construção das representações, ou novas representações que subsidiam o entendimento e as identidades rurais. Como aponta Mormont (1989, p. 349), “o objeto sociológico não é a construção rural, mas a construção social de um todo que é,

ao mesmo tempo, uma representação do social, um modo de gestão e uso do espaço”.

Parte-se da prerrogativa que entre os sujeitos do campo manifesta-se uma expressão identitária rural. Essa ruralidade como “sentido” e como “sentimento” ultrapassa as definições de categorias estruturais definidas por critérios de classificação. É uma manifestação representacional, que permeia o imaginário e o reconhecimento de si. Trata-se de uma identificação com o modo de vida e com as expressões culturais notadamente vinculadas à realidade de vida camponesa.

Como manifestação identitária, ela é também relacional, com base no modo de vida urbano. Como aponta Costa (2002), a urbanidade tornou-se um padrão e um modelo de existência social. Constata-se, porém, que essas pressuposições não estão ligadas aos critérios empíricos, senão por associações ideológicas, mentalidades e representações. É como dizer que o rural e o urbano produzem modos de vida diversos porque nós definimos e enxergamos diferenças.

Por outro lado, a preocupação da Carneiro (1998) é pertinente, pois, ao tratar os conceitos rural e urbano como “representações sociais”, não se resolve o problema da dicotomia, mas, sim, formula-se um olhar subjetivo, que pode potencializar a compreensão dessa realidade. De toda forma, como representações sociais, esses conceitos expressam a vantagem de aproximarem o analista dos atores sociais e de considerar elementos empíricos específicos.

Como sustentamos, a ruralidade não é mais possível de ser definida com base na oposição à urbanidade. O rural e o urbano corresponderiam, portanto, a representações sociais sujeitas a reelaborações e ressemantizações diversas de acordo com o universo simbólico a que estão referidas. A ruralidade se expressa de diferentes maneiras como representação social – conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo – que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos, num processo de integração plural com a economia e a sociedade urbano-industrial (CARNEIRO, 1998, p. 73).

Afirma-se que o paradigma dessas abordagens não é apontar as representações sociais em si, relatá-las ou mapeá-las. Trata-se de compreender como são manifestadas, construídas, significadas. A produção de sentidos é o elemento central para entender como os sujeitos elaboram e reelaboram seus processos de classificação e definição social.

A pesquisa organizada por Bonomo et al. (2011), por exemplo, se utiliza de um cabedal teórico e metodológico das representações sociais para compreensão do imaginário social, em relação a uma comunidade rural. A estratégia utilizada permitiu perceber a formação de autoimagens positivas e negativas no contexto das identidades rurais que, em certo sentido, passam por

um processo de depreciação social, considerando as percepções de atraso e pobreza.

Reforça-se que não se trata de eliminar a dicotomia dualista, tampouco negligenciar ou refutar a variação classificatória, com base nos critérios múltiplos que ainda são e podem ser utilizados. A questão reside em considerar os riscos de engessamento analítico, da produção de vieses interpretativos, da reificação de elementos teóricos sem ressonância empírica. A opção é palmilhar os processos de produção das imagens e representações que, em última análise, subsidiam a sobrevivência dos critérios diferenciais e da própria ideia de rural e urbano. Defende-se aqui que, se uma realidade existe como representação social, ela existe como problema de análise. O rural é, acima de tudo, uma ideia presente entre os atores sociais que o vivenciam.

Considerações Finais

A Teoria Social clássica, nascida para explicar o contexto urbano e industrial moderno, subsidiou um entendimento dualista sobre a ruralidade e a urbanidade. A influência de um pensamento mais preocupado em classificar do que compreender as diferenças e similitudes tendeu tanto para subalternia quanto para a romantização do rural. Diferenciar espaços por suas ausências não é produtivo, sobretudo porque os lugares só têm sentido na manifestação social que lhes compõe. Esse classificacionismo, ainda que importante no contexto histórico de desenvolvimento da Sociologia, não é suficiente para explicar a ruralidade atual.

Não se trata, porém, de negar a existência do rural e do urbano. Tampouco negar que existem diferenças em sua constituição. Há uma sólida discussão quanto a essas realidades sociais e suas variáveis. A questão que se coloca é não tomar o rural e o urbano como elementos dicotômicos, que existam na medida em que negam um ao outro.

O que a Teoria Social e, mais enfaticamente, a Sociologia Rural buscam e devem buscar é problematizar a compreensão das relações sociais como um todo, respeitando as especificidades. Na ausência de critérios claros ou nos problemas conceituais decorrentes, é premente perceber possibilidades analíticas diferenciais, híbridas, sistêmicas.

Percebe-se que na realidade brasileira, a ruralidade é oficialmente definida como “ausência” de urbanidade. Essa percepção tende tanto a depreciar as experiências rurais em relação ao meio urbano, quanto homogeneizar as múltiplas e complexas expressões e experiências de ruralidade. Como exemplo prático verifica-se que até o início do século XXI a maioria das discussões sobre o meio rural brasileiro o tomavam como uma acepção de espaço agrícola unicamente. Logo, é fundamental aprofundar a compreensão da ruralidade como: territorialidade; desenvolvimento; sustentabilidade; protagonismo social; repositório ativo de modos de vida

diversos; espaço de reivindicação, resistência e atuação política; enfim, um espaço de multifuncionalidade e de diversidade, definido no conceito de “novo rural”.

Essa proposição exige, em primeiro lugar, que se tencionem as definições classificacionistas e que se aprofunde a compreensão dessa complexidade que é vivenciada de formas distintas. Esse é um caminho que pressupõe questionar a dicotomia, que aponta para abordagens multidisciplinares, que evoca um debate ampliado. É nesse contexto que o uso das representações é colocado e defendido. Analisar como a ruralidade é representada contribui para explicar essa realidade. Não pode ser acionada univocamente, mas de forma associada, ponderada e cuidadosa. Sua validação e contribuição se dá, portanto, no campo de pesquisa.

Essa é a questão primordial: aprimorar a compreensão da realidade e de fenômenos sociais que são percebidos, simbolizados e representados de maneiras diversas e que destoam das categorias analíticas produzidas a priori. No caso da ruralidade, muitas vezes essas categorias são tomadas de uma conjuntura teórica que não encontra ressonância na prática e nas manifestações dos atores sociais. Sem considerar os sentidos percebidos de uma dada realidade, que é socialmente construída, corre-se o risco de idealizar contextos e de reforçar classificações arbitrárias.

Pensar a ruralidade a partir e por meio das representações sociais é uma ferramenta produtiva. Não é uma abordagem que soluciona – de pronto e de todo – questões teóricas complexas, mas que contribui para avançar na percepção e na explicação. A ruralidade vivenciada e manifesta nos discursos é um elemento potencial para perceber o que de fato significa ser/viver no campo. Se por um lado ela distancia-se de variáveis objetivas, por outro aproxima-se das categorias subjetivas. E no subjetivismo encontra-se uma percepção identitária indelével para ampliar o olhar sobre a ruralidade.

O rural, como já dito aqui, é uma ideia compartilhada e vivenciada. Compreender esse processo de construção social da ruralidade é uma tarefa complexa e produtiva, que encontra nas representações sociais um contributo efetivo, desde que percebidas suas possibilidades e limitações. Trata-se de um exercício profícuo que amplia a importância da ruralidade no debate teórico e reforça a contribuição sociológica para compreensão social.

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, T. B. Um novo olhar sobre o rural brasileiro e seus desafios. In: MIRANDA, C.; GUIMARÃES, I. (Orgs.). Agricultura familiar: ruralidade, território e política pública. Série Fórum DRS, v. 25. Brasília: IICA, 2015. p. 41-53.
- BONOMO, M. et al. Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, n. 31, v. 4, p. 676-689, 2011.
- BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente & Sociedade, Campinas*, v. XIII, n. 2, p. 417-428, jul.-dez. 2010.
- CARMO, R. M. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias, Porto Alegre*, ano 11, n. 21, p. 252-280, jan.-jun. 2009.
- CARNEIRO, M. J. Rural como categoria de pensamento. *Ruris*, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- COSTA, A. F. Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17, v. 48, p. 15-31, 2002.
- FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 33, p. 45-54, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. *Nova Economia, Belo Horizonte*. v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.
- HALFACREE, K. H. Locality and Social Representations: space, discourse and alternative definitions of the rural. *Journal of Rural Studies*, v. 9, n. 1, p. 23-37, 1993.
- HOBBSAWM, E. Introdução. In: MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 13-64.
- KAYSER, B. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*, Paris: Edition A. Colin, 1990.
- LEFEBVRE, H. Problemas da Sociologia Rural. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 144-162.
- LEITE, S. P. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 227-254, fev. 2020.

MARTINS, J. S. As coisas no lugar. In: MARTINS, J. S. (Org.) Introdução crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 11-38.

MARTINS, R. C. Ruralidade e regulação ambiental: notas para um debate político-institucional. Rev. Econ. Sociol. Rural, v. 43, n. 2, p. 249-266, 2005.

MARX, K. ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, L. S. et al. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. Revista Contemporânea, v. 4, n. 1, p. 117-142, jan-jun. 2014.

MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, M. I. P. (Org.). Sociologia Rural. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1969, p. 33-40.

MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural. Revista Crítica de Ciências Sociais. 22:83-99, 1982.

MORMONT, M. Vers une Redefinition du Rural. Recherches Sociologiques, v. XX, n. 3, p. 331-350, 1989.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. 11. ed., Petrópolis: Vozes, 2015.

PAHL, R. E. The Rural-Urban Continuum. Sociologia Ruralis, v. VI, n. 3-4, 1966.

REDFIELD, R. The Little Community and Peasant Society and Culture. Chicago: Midway Reprint, 1989.

RIOS, José Arthur. O que é e como surgiu a Sociologia Rural. Revista Ciência & Trópico, Recife, v. 7, n. 1, p. 85-103, jan.-jun. 1979.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I). Mana, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SANCOVSCHI, Beatriz. Sobre a noção de representação em S. Moscovici e F. Varela. Psicologia & Sociedade, n. 19, v. 2, p. 7-14, 2007.

SARACENO, E. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia. Seminários Inea: Roma, 1996.

SCHNEIDER, S. Território, ruralidade e desenvolvimento. In: LOZANO, F. V.; MEDIDA, J. G. F. (eds.). Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI. 1. ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, p. 67-108.

SOARES, Antônio Jorge. Apontamentos para uma crítica à teoria das representações sociais. Revista Direito e Liberdade, Mossoró, v. 7, n. 3, p. 55-64, jul.-dez. 2007.

SOROKIN, P. A. et al. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J. S. (Org.). Introdução crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 198-224.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideias. In: FERNANDES, Florestan (Org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 96-116.

VEIGA, J. E. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. n. 15, p. 87-145, out. 2000.

WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: WEBER, M. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 413-437.

WEBER, M. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, O. G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2. ed., 1973. p. 67-88.

WIRTH, L. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976. p. 89-112.

Rodrigo Kummer

Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Campus Guarapuava-PR, Brasil. Doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ, 2019).

E-mail: kummer2004@yahoo.com.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3403414311678201>

<https://orcid.org/0000-0003-3835-5432>